



CONSCIÊNCIA DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL ACERCA DA PNRS

Gabriela Santos Domingues, Patricia Guarnieri, Jorge Alfredo Cerqueira Streit*

** Universidade de Brasília (UnB) – profpatriciaunb@gmail.com*

SÚMULA

Em 2010, foi sancionada no Brasil a Lei 12.305/2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A PNRS aborda os objetivos, princípios e instrumentos para a adequada gestão dos resíduos sólidos no país. Contudo, percebe-se pouco enfoque de estudos que avaliem o conhecimento e conscientização dos cidadãos, um dos atores envolvidos na gestão compartilhada dos resíduos sólidos. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi investigar a consciência dos discentes de Administração a respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para isso, o estudo contou com o survey como instrumento de pesquisa. O questionário foi aplicado com 258 alunos do curso de Administração da Universidade de Brasília. A pesquisa verificou a consciência com relação aos princípios da PNRS, no entanto constatou-se que práticas relacionadas à educação ambiental ainda são necessárias.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Resíduos Sólidos.

ANALYSIS OF AWARENESS OF STUDENTS OF BUSINESS COURSE IN A FEDERAL UNIVERSITY ABOUT THE NATIONAL POLICY OF SOLID WASTE

ABSTRACT

In 2010, in Brazil was approved the Law 12.305/2010 which treats about National Policy of Solid Waste (PNRS). The PNRS discusses the objectives, principles and instruments for proper solid waste management in the country. However, we find little focus on studies that assess knowledge and awareness of citizens, which is one of the actors involved in shared management of solid waste. In this context, the aim of this study was to investigate the awareness of students of Business Administration course in a public and federal university regarding the PNRS. Thus, this study conducted a survey, which the questionnaire was answered by 258 students. The survey found awareness with regard to the principles of PNRS, however practices aimed to environmental education are still needed.

Keywords: Environmental education, National policy of solid waste; solid residues

1. INTRODUÇÃO

O Brasil pode ser considerado país referência na gestão de alguns resíduos sólidos, principalmente os que trazem maior retorno financeiro com o seu reaproveitamento, como o alumínio, aço, PET, papel ondulado, entre outros (CEMPRE, 2013). Antes mesmo da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Brasil já possuía algumas leis e decretos de cunho ambiental. A primeira lei expressiva foi a Lei 6.938/1981 que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e também os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles: o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; o zoneamento ambiental; a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento de atividades poluidoras; entre outros (GUARNIERI, 2011). Ademais, podem ser citadas as diversas resoluções do CONAMA relativas





às pilhas, baterias, agrotóxicos, embalagens, pneus e óleos lubrificantes, e também resoluções da ANVISA relativas aos resíduos de saúde (GUARNIERI, 2011).

Após, aproximadamente, 20 anos de discussão, a PNRS foi instituída no Brasil pela Lei 12.305/2010 e regulamentada pelo decreto federal 7.404/2010 (BRASIL, 2010a; 2010b). Entre os principais diferenciais da PNRS, está a obrigatoriedade da logística reversa e a adoção da gestão compartilhada dos resíduos, a qual determina que todos os atores envolvidos na geração e gestão de resíduos sólidos, sejam eles produtores, importadores, atacadistas, varejistas, consumidores finais e poder público possuem responsabilidade compartilhada pela gestão dos resíduos (BRASIL, 2010a).

A PNRS estabelece princípios, objetivos, instrumentos, além de diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. Foram estabelecidos onze princípios são eles: I - a prevenção e a precaução; II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor; III - a visão sistêmica; IV - o desenvolvimento sustentável; V - a ecoeficiência; VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; VII - a responsabilidade compartilhada; VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; IX - o respeito às diversidades locais e regionais; X - o direito da sociedade à informação e ao controle social; XI - a razoabilidade e a proporcionalidade (BRASIL, 2010a).

Um dos principais instrumentos citados na PNRS para que a Lei seja efetivamente implementada é a educação ambiental. De acordo com a Lei 9.975/99, a qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) a educação ambiental envolve os processos pelos quais a sociedade constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências a fim de conservar o meio ambiente.

Segundo Vaz (2012) conseguir o envolvimento e atuação da comunidade é algo trabalhoso, entretanto, é o único método de atingir a logística reversa e conseqüentemente o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos. Apesar das implicações legais e da necessidade de consolidar a educação ambiental, com o intuito de conscientizar os consumidores, um dos atores envolvidos na gestão compartilhada e o responsável pelo descarte após o consumo, percebe-se que poucos programas de educação ambiental vêm sendo realizados (GUARNIERI, 2011).

Para que a gestão compartilhada ocorra é importante que todos os atores envolvidos estejam conscientes das suas responsabilidades, tornando-se assim aptos a cumprirem seus papéis e viabilizando o alcance dos objetivos estabelecidos na PNRS.

Com a sanção da PNRS as cadeias de suprimentos de vários segmentos como: I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; II - pilhas e baterias; III - pneus; IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes; e vii) embalagens em geral; devem gerenciar também os processos reversos que incluem o retorno dos bens de pós-consumo a partir do consumidor final, incluindo-os novamente no ciclo produtivo e/ou de negócios, de forma a agregar valor ambiental, legal e de imagem corporativa (BRASIL, 2010a). Quando a PNRS surgiu, alguns estados como Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul já haviam se adiantado e criado suas respectivas políticas estaduais de resíduos sólidos. Entretanto, devido à superveniência da PNRS, as disposições anteriores (legislações estaduais, distritais, municipais, resoluções do Conama, entre outros) devem obedecer às diretrizes gerais da PNRS (YOSHIDA, 2012).

2. OBJETIVO

O objetivo geral é investigar o nível de consciência dos alunos do curso de Administração de uma universidade pública federal a respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Objetivos Específicos:

1. Identificar hábitos e percepções dos discentes de Administração de uma universidade pública federal acerca da PNRS;
2. Identificar qual o nível de consciência dos discentes de Administração de uma universidade pública federal acerca dos princípios da PNRS.

3. MÉTODOS

Quanto à natureza, foi realizada uma pesquisa aplicada. Com relação aos objetivos, a pesquisa é considerada descritiva. Do ponto de vista da forma de abordagem a pesquisa é quali-quantitativa. A pesquisa quantitativa deve ser usada quando se quer determinar o perfil de um grupo de pessoas, baseando-se em características que elas possuem em comum (como demográficas, por exemplo). A respeito do procedimento técnico utilizado, a pesquisa é classificada como levantamento (survey), pois tem o intuito de determinar informações sobre práticas e/ou opiniões de certa população. Ademais, foi utilizado o questionário como instrumento de pesquisa, podendo assim, classificar os dados obtidos como primários.

O foco da pesquisa foi identificar a consciência dos estudantes de ADM, sendo delimitada a pesquisa ao estudo do curso de Administração da Universidade de Brasília, constituindo assim a população do estudo. Atualmente esta população é formada por 1147 graduandos, distribuídos em dois turnos, sendo 599 do curso diurno e 548 do noturno. A amostra foi composta por aproximadamente 50% da população, ou seja, do número total dos alunos, totalizando assim 574 estudantes. A amostra caracterizou-se como não probabilística, selecionada de acordo com os critérios de acessibilidade e conveniência.

O questionário utilizado foi elaborado com base nos princípios e instrumentos da PNRS os quais estão descritos na Lei 12.305/10. O instrumento da pesquisa foi dividido em 6 módulos e conta com 44 perguntas. O retorno foi de 256 questionários, o que representa aproximadamente 44% da amostra selecionada. Após tabulados, os mesmos foram analisados de acordo com a estatística descritiva, abrangendo as análises de frequência, média e desvio padrão. Para a tabulação dos dados foi utilizado o software estatístico SPSS 22.

Quanto às características da amostra, 51% dos respondentes eram do sexo masculino e 49% do sexo feminino. 80% da amostra tem entre 18 e 22 anos. Com relação à renda, 2,3% dos respondentes estão na classe E, 3,1% na classe D e 16,4% na classe C. Os que podem ser considerados como pertencentes às classes A e B totalizam 78,1%. Portanto, conclui-se que grande parte da amostra possui condições financeiras elevadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Conhecimento e divulgação da PNRS

O Gráfico 1 demonstra a familiaridade dos respondentes com a PNRS.

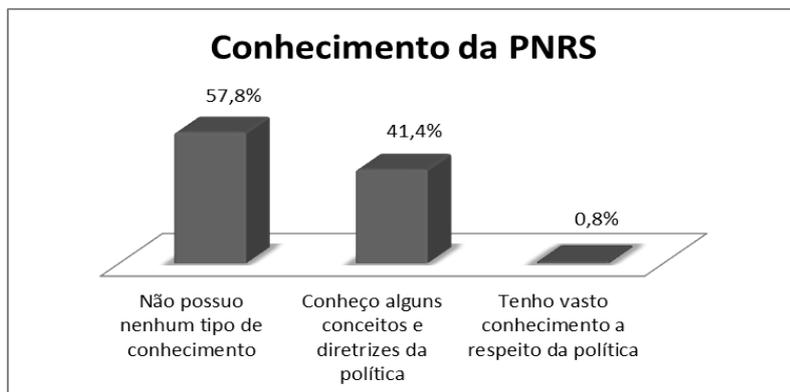


Gráfico 1: Conhecimento sobre a PNRS

O Gráfico 1 demonstra que a maioria dos respondentes, 57,8%, afirmou possuir nenhum tipo de conhecimento sobre a PNRS. 41,4% alegaram conhecer alguns conceitos e diretrizes da política e apenas 0,8% citaram possuir vasto conhecimento a respeito da PNRS.

O resultado encontrado é pouco favorável e dificulta a implementação de alguns princípios da PNRS como: coleta seletiva, implementação da LR e envolvimento dos catadores, até 2014, no que tange a amostra selecionada. Após mais de 3 anos da sanção da Lei, a PNRS mesmo introduzindo o conceito de gestão compartilhada como uma das suas principais inovações, verifica-se que no âmbito da amostra, ainda não é amplamente conhecida pela população.

Sem o devido conhecimento não é possível esperar que os consumidores pratiquem seu papel no ciclo reverso dos produtos, o que pode prejudicar toda a cadeia e conseqüentemente continuar causando impactos ambientais negativos e danos à saúde pública, contribuindo para a tendência de aumento no número de resíduos gerados, mesmo que o objetivo da PNRS seja a redução dos mesmos. A falta de conhecimento sobre a PNRS impacta na atuação dos demais responsáveis, por exemplo, pode causar danos ao trabalho dos catadores de resíduos, pois sem a coleta seletiva, a quantidade e a qualidade dos materiais recuperados diminuem.

Ainda com o intuito de analisar a divulgação que vem sendo realizada, foi questionado por quais meios os estudantes já haviam ouvido falar sobre a PNRS, os resultados podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1: Meios nos quais os respondentes já ouviram falar sobre a PNRS

Meio	Frequência (%)	Quantidade
Nunca ouvi falar	20%	93
Jornais	15%	70
Revistas	7%	30
Rádio	4%	18
Internet	17%	80
Cartilhas do governo	3%	12
Aulas da faculdade	21%	98



Aulas do colégio	3%	14
Cursos	1%	3
Comentários de amigos e familiares	6%	28
Outros	3%	15
Total	100%	461

Entre as 10 opções apresentadas, todas foram escolhidas. No campo destinado a outras opções foram citados Televisão, Estágio, Trabalho, Livros e TCC. Conforme a Tabela 4, 20% dos respondentes nunca haviam ouvido falar sobre a PNRS, valor abaixo dos que afirmaram não possuir nenhum tipo de conhecimento sobre a PNRS. Aulas da faculdade foi o meio mais citado com 21%, o que ressalta a importância da abordagem no ambiente universitário, mas comprova que a ocorrência ainda é baixa. Kruglianskas (1993) ressalta a responsabilidade das escolas de Administração de expandirem seu foco na capacitação e sensibilização para as questões socioambientais dos administradores que estão formando. Outro meio bem elencado foi a internet com 17%, seguido dos jornais com 15%.

O fato de todas as opções terem sido citadas escolhidas é positivo, pois mostra que a PNRS está sendo divulgada por diversos meios de comunicação, o que facilita o atingimento das variadas parcelas da sociedade as quais possuem características distintas, entretanto, há necessidade de reavaliar a efetividade e frequência das formas de comunicação que vem sendo praticadas atualmente, pois simplesmente ouvir falar não é suficiente, a população precisa estar ciente dos conceitos e diretrizes da PNRS, fato que é refutado conforme o Gráfico 1.

Percebe-se que a população até possui acesso à informação a respeito do que se trata a PNRS, pois 80% da amostra já havia ouvido falar da mesma por algum meio de comunicação, entretanto, esta informação não está sendo transformada em conhecimento, o que não contribui para a mudança de hábitos.

O objetivo geral da pesquisa era identificar a consciência dos cidadãos a respeito da PNRS, pegando como base os discentes de Administração da UnB, é possível identificar que a sociedade ainda não está inteirada a respeito da Lei, o que pode atuar como uma grande barreira para a sua implementação. Havendo necessidade de explorar os meios de comunicação, com propagandas eficientes e claras, já que se trata de um conhecimento novo e que não é familiar para grande parcela da população.

4.2 Conscientização ambiental: hábitos e percepções

O presente estudo abrange uma discussão no âmbito da educação ambiental, a qual segundo Marchese, Konrad e Calderan (2011) é um tema que desperta a atenção da sociedade e aparece como um importante meio na mudança de valores, hábitos e atitudes das pessoas. Portanto, o intuito foi também identificar hábitos e percepções ligados aos resíduos sólidos.

Conforme o Gráfico 2, foi questionado se os futuros administradores contribuem para a coleta seletiva dos resíduos sólidos que geram, por meio da separação do seu lixo de acordo com a sua constituição ou composição.

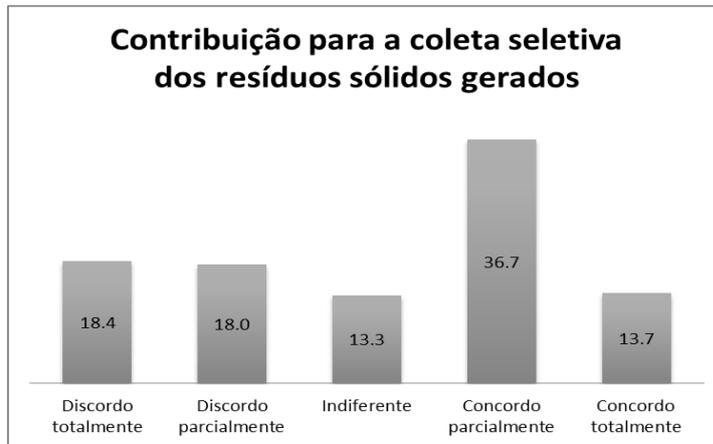


Gráfico 2: Contribuição para a coleta seletiva

Percebe-se através do Gráfico 2 que 18,4% discordam totalmente, o que significa que não praticam a coleta seletiva, 18% discordam parcialmente, 13,3% afirmaram ser indiferentes, entretanto, 36,7% concordam parcialmente e 13,7% concordam totalmente.

O resultado demonstra que mais de 50% dos estudantes de Administração da UnB contribuem com a coleta seletiva do lixo que geram, porém, ainda há um grande potencial de melhoria. Demajorovic, Besen e Rathsam (2004) ressaltam que a gestão compartilhada acarreta em aumento da quantidade e melhoria da qualidade do material recolhido para a reciclagem, entretanto, a baixa qualidade da matéria-prima e a instabilidade no fornecimento de recicláveis atuam como barreiras no cenário da coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos domiciliares no Brasil. Marchi (2011) reforça o resultado encontrado e afirma que devido à falta de consciência relacionada ao problema dos resíduos e de políticas públicas focadas, o setor de reciclagem no Brasil registra “índices insatisfatórios e apresenta alto potencial de ampliação para os próximos anos” (ABRELPE, 2009, p. 37).

Esta possível barreira pode ser causada pela divulgação ineficiente conforme os resultados do módulo anterior. A conscientização da população a respeito da importância de se prezar pelo desenvolvimento sustentável vem aumentando, entretanto, sem a devida capacitação de como separar os resíduos sólidos gerados, a população acaba por deixar de contribuir com a coleta seletiva, importante instrumento para o alcance da LR.

O Gráfico 3 aponta se os estudantes de ADM estão acompanhando as atualizações e notícias a respeito da PNRS.



Gráfico 3: Acompanhamento das atualizações e notícias a respeito da PNRS

Com relação ao questionamento sobre o acompanhamento das atualizações e das notícias a respeito da PNRS, pode ser percebido conforme o Gráfico 3 que o resultado foi menos favorável, o qual demonstra uma possível falta de interesse dos estudantes na temática em questão ou a dificuldade de se encontrar informações a respeito da temática, já que 62,5% discordaram totalmente, 17,2% discordaram parcialmente e 14,1% afirmaram ser indiferentes, totalizando 93,8% da amostra.

Além da hipótese de falta de interesse sobre a PNRS, a falta de conhecimento sobre a própria existência da PNRS dificulta que os mesmos estejam alinhados sobre o assunto, conforme evidenciado na Tabela 4, que demonstra que 20% dos respondentes nunca nem ouviram falar sobre a política, a qual já está em vigor há mais de três anos.

A média de idade dos respondentes foi de 21 anos e a renda familiar é alta, já que grande parte pode ser classificada como pertencentes às classes A e B. De posse desses dados, pode-se inferir que essa parcela da população possui acesso à informação, por diversos meios, como televisão, internet e rádio. Portanto, há necessidade de dar um foco inovador e ressaltar a importância da PNRS para a sociedade, inclusive desvinculando a ideia do resíduo como lixo para um potencial gerador de novos negócios e oportunidades, fazendo com que os mesmos adquiram maior interesse e busquem mais informações sobre a PNRS, sua evolução, seus resultados e os impactos que podem ser causados na rotina da própria população.

O Gráfico 4 demonstra os índices com relação à destinação adequada dos resíduos sólidos gerados.



Gráfico 4: Destinação adequada dos resíduos sólidos gerados

Quando questionados sobre a prática da destinação adequada dos resíduos sólidos gerados, por meio do encaminhamento para o reuso, reciclagem, remanufatura, aterro sanitário ou doação, 29,3% discordam totalmente, 23% discordam parcialmente, 24,6% foram indiferentes, 18% concordam parcialmente e 5,1% concordam totalmente, como demonstrado no Gráfico 8.

Portanto, a destinação adequada também aparece como um aspecto que pode ser aprimorado entre os estudantes de administração da universidade pesquisada. Segundo Marchese, Konrad e Calderan (2011), os consumidores precisam compreender a importância da sua contribuição na preservação do meio ambiente, devendo agir com responsabilidade pelos produtos adquiridos, cabendo ao poder público o devido tratamento desses resíduos.

Uma possível explicação novamente pode ser a falta de conhecimento, tanto da importância como da maneira que ocorre o processo para a destinação adequada por meio do reuso, reciclagem, remanufatura, aterro sanitário ou doação. Este fato pode ser evidenciado quando se compara os resultados obtidos com relação à coleta seletiva, onde 50,7% dos respondentes concordaram totalmente ou parcialmente com a realização da coleta seletiva, entretanto, este percentual cai para 23,1% se tratando da destinação adequada dos resíduos sólidos através dos meios citados.

O Gráfico 5 apresenta outra atitude investigada, a disposição dos discentes em pagar mais por produtos sustentáveis, ou seja, aqueles que levam em consideração os impactos ambientais, sociais e econômicos em toda a sua cadeia produtiva.

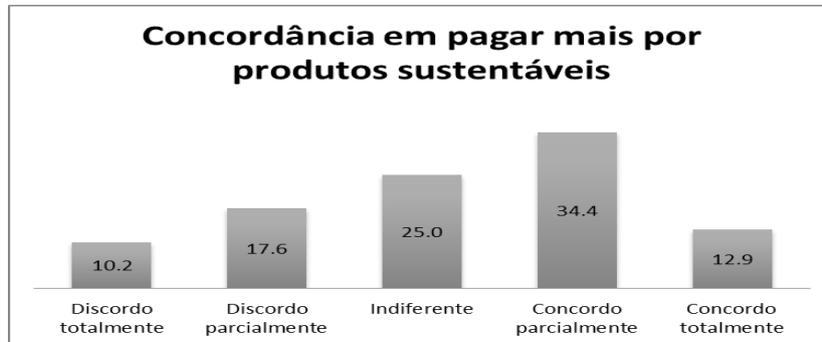


Gráfico 5: Concordância em pagar mais por produtos sustentáveis

De acordo com o Gráfico 5, é possível perceber que 10,2% discorda totalmente de pagar mais por produtos sustentáveis, 17,6% discordam parcialmente, 25% foram indiferentes, 34,4% concordam parcialmente e 12,9% concordam totalmente. Na visão de Machado (2012), a PNRS aborda questões que além de necessárias são complicadas no contexto da vida em sociedade, pois envolvem atividades cotidianas e essenciais à população como produção, comercialização, distribuição e consumo de produtos que necessitam do suporte ambiental e da ética da publicidade.

Percebe-se com este resultado uma possível lacuna de atuação para o setor empresarial, por meio da fabricação e maior investimento na propaganda dos produtos sustentáveis, os quais além de mitigar os impactos ambientalmente negativos também podem agregar maior margem de lucro para as organizações, bem como influenciar na melhoria da imagem corporativa.

No geral os resultados encontrados não foram desfavoráveis, apontando que aproximadamente 50% dos respondentes contribui com a coleta seletiva e está disposta a pagar mais por produtos que envolvam a sustentabilidade na sua cadeia produtiva, entretanto, os resultados diminuem quando abordados sobre a destinação adequada dos resíduos sólidos e o acompanhamento de notícias e atualizações a respeito da PNRS, contribuindo para a falta de conhecimento dos mesmos.

4.3 Nível de consciência sobre os princípios da PNRS

Para que mudanças tangíveis nos valores, hábitos e percepções da população brasileira possam ser geradas com relação ao gerenciamento de resíduos sólidos, é essencial que a sociedade compreenda os princípios estabelecidos pela PNRS. Com a pretensão de avaliar o nível de consciência dos cidadãos, representados pela amostra composta por estudantes de Administração da UnB em cada um dos princípios da PNRS, os mesmos foram transformados em alternativas e analisados por meio de uma escala tipo Likert, de 1 a 5, onde significa discordo totalmente e 5 concordo totalmente. A Tabela 2 apresenta os resultados

Aspecto considerado	Frequências (%)				
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Relevância em evitar os danos que podem ser causados ao meio ambiente	0	1,6	5,9	29,3	63,3
Relevância em evitar atitudes que possam propiciar riscos de causar impactos negativos ao meio ambiente	0	0	4,3	28,9	66,8
Conhecimento das consequências impostas aos causadores de danos ambientais	10,2	21,9	19,1	35,9	12,9
Conhecimento de que o Governo oferece retribuições a quem protege o meio ambiente	30,9	26,2	21,1	18,0	3,9
Reconhecimento da necessidade de integração entre os aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e de saúde pública para a gestão dos resíduos sólidos	0,8	6,6	10,5	35,2	46,9
Crença na importância do desenvolvimento sustentável	0,4	0,8	3,1	27,3	68,4
Crença na importância de conciliar o fornecimento de bens e serviços com a redução do impacto ambiental gerado na sua produção	0,4	1,6	7,8	32,4	57,8
Percepção da necessidade de cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade para o alcance da adequada gestão de resíduos sólidos	1,2	2,7	9,4	29,3	57,4
Crença na distribuição de responsabilidades e no trabalho conjunto de todos os atores envolvidos no ciclo de vida dos produtos	0	4,3	9,0	36,7	50,0
Reconhecimento do valor social, econômico e ambiental que pode ser gerado através da reutilização e reciclagem do lixo gerado	0,4	1,2	3,5	41,4	53,5
Crença no respeito às diferenças locais e regionais de acordo com as características geográficas, biológicas e socioeconômicas de cada região, para que as normas gerais possam ser aplicadas respeitando suas particularidades	0	3,1	14,5	38,7	43,4
Visualização da importância do direito da sociedade à informação e à participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos	0,4	3,9	16,0	41,8	37,9
Reconhecimento da necessidade de obedecer a critérios racionais e usar do bom senso quando não existirem normas já estabelecidas	0	2,3	5,1	35,9	56,6

A conclusão do maior nível de consciência com relação aos resíduos sólidos e aos aspectos ambientais está em desacordo com Leff (2004), o qual afirma que a sociedade vive uma crise pautada na negação em relação ao ambiente, na qual os indivíduos não se sentem integrantes do ambiente. Na visão do autor seria necessário que a sociedade abandonasse a visão antropocêntrica e passasse a pensar nas gerações futuras de todos os seres, esta mudança seria

constituída no sentimento de pertencimento ao meio ambiente e do reconhecimento da sua importância para a sobrevivência.

Entretanto, os resultados deste módulo vão ao encontro de Ashley (2005) o qual cita que com o atual destaque fornecido à ecologia, cresce a conscientização das pessoas quanto à necessidade de preservar os recursos naturais.

Apesar da averiguação da consciência dos futuros administradores, há a importância de gerar crenças, compromissos, situações e interações apropriadas, permitindo que informações tornem-se conhecimento, passando a aprimorar comportamentos e atitudes. O grande diferencial está pautado no fato do conhecimento estar atrelado à ação e ao contexto específico. No contexto dos resíduos sólidos no Brasil, além de diretrizes e princípios, a criação e divulgação de instrumentos que os tornem realidade é imprescindível para fomentar a implementação das mudanças desejadas.

Analisando as frequências pode-se inferir que os piores resultados são referentes aos aspectos ligados ao conhecimento dos princípios do poluidor pagador e do protetor receptor, havendo necessidade de explorar a divulgação destes princípios, por meio de políticas públicas que instaurem as penalidades legais, bem como os benefícios aos que protegem o meio ambiente.

5. CONCLUSÃO

Por meio dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários foi possível perceber que os discentes de Administração da Universidade de Brasília estão adquirindo maior consciência ambiental e são capazes de visualizar a importância dos preceitos que englobam os princípios da PNRS. Como exemplo desta maior conscientização, pode ser citada a prática da coleta seletiva por aproximadamente 50% dos respondentes. A coleta seletiva vem sendo praticada há mais tempo e está presente na vida da população nos condomínios, empregos e em alguns lugares públicos, como a própria UnB, contudo, faz-se necessário divulgar e conscientizar a respeito dos demais meios, como reuso, remanufatura e doação.

Também foi constatado que os alunos de Administração não percebem mudanças de comportamentos e atitudes dos diversos atores envolvidos na gestão dos resíduos sólidos, após a sanção da PNRS. As principais causas atribuídas foram a falta de conhecimento e de conscientização da população, corroborando com as críticas realizadas à educação ambiental. Apesar da ocorrência de ações de educação ambiental, questiona-se a efetividade das mesmas e o foco que vem sendo fornecido aos resíduos sólidos.

Conclui-se que a educação ambiental vem ocorrendo de forma isolada e não efetiva, portanto, necessita ser melhor desenvolvida, exigindo maior dedicação à educação ambiental no país, além do investimento na própria divulgação da PNRS, a qual ainda não é amplamente conhecida pela população.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. A. (org). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm> Acesso em: 17 fev. 2013.
- BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.
- BRASIL. Política de Educação Ambiental. Lei n 9795 de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 29 jun. 2013.

DEMAJOROVIC, J.; BESEN, G. R.; RATHSAM, A. A. Gestão Compartilhada dos resíduos sólidos-novos atores e conflitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RESÍDUOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004, Florianópolis.

GUARNIERI, P. Logística Reversa: em busca do equilíbrio econômico e ambiental. Recife: Editora Clube de Autores, 2011.

KRUGLIANSKAS, I. Ensino da Gestão Ambiental em Escolas de administração de empresas: a experiência da FEA/USP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. Anais... São Paulo: FEA/USP, EAESP/FGV, 1993.

LEFF, E. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação da ciência ao diálogo dos saberes. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MACHADO, P. A. L. Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólido. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; MACHADO FILHO, J. V. (Ed.). Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Barueri: Manole, 2012. cap.2.

MARCHESE, L. Q.; KONRAD, O.; CALDERAN, T. B. Logística reversa e educação ambiental contribuindo para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Caderno pedagógico, Lajeado, v. 8, n. 2, p. 83-96, 2011.

MARCHI, C. M. D. F. Cenário mundial dos resíduos sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente à logística reversa. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 118-135, jul./dez. 2011.

VAZ, L. Educação ambiental e logística reversa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 3., 2012, Goiânia.

YOSHIDA, C. Competência e as diretrizes da PNRs: conflitos e critérios de harmonização entre as demais legislações e normas. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; MACHADO FILHO, J. V. (Ed.). Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Barueri: Manole, 2012. cap.1.